



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE – CFFC

Requerimento N° DE 2012
(do Sr. FERNANDO FRANCISCHINI)

Requer que sejam convidados a comparecer a esta comissão, em reunião de Audiência Pública, os convidados que abaixo sugere para debater irregularidades nas obras da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – REPAR.

Nos termos do Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **requeiro** a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecer a esta comissão, em reunião de Audiência Pública, os convidados que abaixo sugere para debater irregularidades nas obras da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – REPAR.

Convidados:

- Maria das Graças Foster – Presidente da Petrobras
- João Adolfo Oderich – Gerente Geral da Refinaria Presidente Getúlio Vargas
- Mário Celso Rigolino Torres – Secretário Municipal de Urbanismo de Araucária – PR

JUSTIFICAÇÃO

A Petrobras decidiu em 1971 construir em Araucária – PR uma refinaria de petróleo. As obras tiveram início em 1973, e começou a operar em 1976. Atualmente, essa refinaria passa por obras de ampliação e modernização, com investimentos do Governo Federal que supera os 4 bilhões de reais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Informações recebidas por este signatário denotaram possíveis irregularidades nas obras de ampliação e modernização da sobredita refinaria, além da revista *Época* ter publicado em seu sítio na data de 07/10/2011 a reportagem “Dinheiro saindo pelo duto”. Confira abaixo a matéria:

Dinheiro saindo pelo duto

A Polícia Federal investiga contratos da Petrobras com empreiteiras, apontados como superfaturados pelo TCU. O prejuízo estimado atinge R\$ 1,4 bilhão

ANDREI MEIRELES E MURILO RAMOS



CASO DE POLÍCIA
A Refinaria Presidente Getúlio Vargas, no Paraná. O custo de reforma provocou a abertura de um inquérito policial (Foto: Guilherme Pupo/ÉPOCA)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Os auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) estão acostumados a lidar com valores gigantes quando fiscalizam contratos da Petrobras. Com um orçamento de R\$ 85 bilhões para este ano, a maior empresa da América Latina tem gastos numa escala bem acima da média do setor público. Quando fiscalizam os contratos firmados pela Petrobras com o setor privado, os técnicos também estão habituados a encontrar evidências de que a estatal paga mais do que deveria. Mesmo os mais experientes auditores, porém, se surpreenderam com o que encontraram ao examinar os contratos de R\$ 8,6 bilhões das obras de reforma e modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), em Araucária, no Paraná. De acordo com os relatórios técnicos, os preços pagos a algumas das maiores empreiteiras do país são exagerados até para os elásticos padrões da Petrobras. Nos últimos dois anos, o TCU propôs a paralisação das obras para evitar o possível desperdício de dinheiro público. Foi impedido pela atuação do então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Neste ano, a reforma na refinaria virou caso de polícia.

A mensagem

Para a Petrobras

*Investigações sugerem
que a empresa joga
fora recursos em favor
de empreiteiras*

Para os eleitores

*As pressões políticas
sobre as empresas
estatais, como a
Petrobras, resultam
em desperdício de
dinheiro público*

Desde fevereiro, a Polícia Federal investiga o caso. O foco do delegado Felipe Eduardo Hideo Hayashi está em cinco contratos de reforma da refinaria, que somam R\$ 7,5 bilhões. Segundo um relatório do TCU, os preços nesses contratos, firmados com sete consórcios de empreiteiras, estão R\$ 1,4 bilhão acima do valor de mercado – montante que, se as suspeitas se confirmarem, a Petrobras terá simplesmente jogado fora. Pelos números do delegado Hayashi, até abril do ano passado os pagamentos indevidos somaram R\$ 499 milhões. As construtoras Camargo Corrêa, Odebrecht, OAS e Mendes Júnior estão entre as beneficiadas.

Na investigação, Hayashi teve acesso às informações de uma apuração mais antiga, a Operação Caixa Preta. Ela mostrou que, durante o primeiro mandato de Lula, a estatal Infraero pagou mais do que deveria por obras em dez aeroportos. A operação apontou também para as empreiteiras Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa e Mendes Júnior. Para apurar o caso da Infraero, policiais gravaram conversas, com autorização judicial, de representantes de empreiteiras. Hayashi afirma, na abertura do inquérito



CÂMARA DOS DEPUTADOS

sobre o caso da refinaria, que as informações do caso da Infraero são necessárias “para análise de eventual continuidade delitiva”. Segundo duas pessoas que acompanham o inquérito, diálogos gravados reforçam a suspeita de irregularidades nos contratos da Petrobras com as empreiteiras nas obras da Repar. Uma das suspeitas é de que parte do dinheiro pago pela Petrobras tenha sido desviada para o caixa dois de campanhas eleitorais. O delegado Hayashi não fala sobre o inquérito, que corre em segredo na Justiça Federal no Paraná.

A reforma da refinaria foi iniciada em 2006. Os contratos para as obras e a compra de equipamentos começaram a ser fiscalizados pelo TCU em maio de 2008. Um ano depois, os auditores apresentaram um relatório em que apontam “graves irregularidades” nas licitações e nos preços. O TCU, então, recomendou ao Congresso que bloqueasse o pagamento para as obras da Repar e para outros três grandes empreendimentos da Petrobras – a construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e o Terminal de Escoamento de Barra do Riacho, no Espírito Santo.

Contra a orientação do governo Lula, na votação do Orçamento de 2010, o Congresso aprovou a recomendação do TCU para suspender o repasse de verbas. Em janeiro de 2010, o presidente da República usou seu direito de veto e retirou os empreendimentos da Petrobras da lista de obras bloqueadas pelo Congresso. Lula fez mais. No dia 12 de março, acompanhado pela então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, ele foi até Araucária inaugurar parte das novas instalações. Lá, Lula defendeu o veto. “Se tem de fazer investigação, que se faça”, disse. “Mas não vamos deixar que trabalhadores fiquem desempregados porque alguém suspeita que alguma coisa está acontecendo.”



FESTA EM ARAUCÁRIA

Dilma e Lula em solenidade na refinaria. Os dois estiveram na obra depois de liberar dinheiro bloqueado a pedido do TCU (Foto: Ricardo Stuckert/PR)

Com base em uma nova auditoria, no ano passado o TCU recomendou outra vez ao Congresso a suspensão dos pagamentos para sete contratos da Repar. Na Comissão Mista de Orçamento, o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, disse que não houve superfaturamento. De acordo com Gabrielli, os parâmetros usados pelo Tribunal são inadequados para avaliar os contratos da empresa. O TCU nega a divergência de metodologia. “Nossos cálculos levam em conta todas as particularidades da Petrobras”, afirma o secretário de Fiscalização de Obras do TCU, Eduardo Nery.

Em dezembro de 2010, a Comissão de Orçamento aprovou a continuidade das obras na Repar. Os parlamentares foram convencidos pela Petrobras



CÂMARA DOS DEPUTADOS

de que as obras estavam muito avançadas para ser paralisadas. Segundo a empresa, cinco dos sete contratos estavam com mais de 60% das obras executadas, e o Congresso endossou a tese da Petrobras, ao dizer que apenas 9,55% do valor dos contratos questionados pelo TCU poderia ser bloqueado. “A hipotética recuperação de um percentual tão baixo por meio da paralisação não justifica a interrupção”, diz um relatório da Comissão de Orçamento. O detalhe é que esse “percentual tão baixo”, desprezado pelos parlamentares, representa nada menos que R\$ 739,3 milhões.



CONFLITO

O presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli. Ele contesta a metodologia adotada pelo Tribunal de Contas da União (Foto: Sergio Lima/Folhapress)

A Petrobras e as empreiteiras negam as suspeitas da Polícia Federal. Em nota, a Petrobras afirma não ter sido notificada pela PF sobre o inquérito. “A companhia afirma que não há superfaturamento, sobrepreço ou qualquer outra irregularidade nas obras da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar)”, diz a nota. “O relatório da equipe técnica do TCU é preliminar e, portanto, não há nenhuma decisão definitiva.” Entre os cinco contratos investigados pela PF, o maior foi estabelecido entre a Petrobras e o consórcio CCPR-Repar – formado por Camargo Corrêa e Promon Engenharia. São R\$ 2,4 bilhões. De acordo com a auditoria do TCU, registrada no inquérito da PF, os preços contratados com esse consórcio estão R\$ 633 milhões acima dos valores do mercado. O consórcio CCPR-Repar questiona as conclusões e diz que o relatório de fiscalização do TCU “está baseado em referências de preços de projetos convencionais da construção civil, incompatíveis com os serviços de modernização da refinaria, bem mais complexos e exigentes”. O CCPR-Repar não se manifestou sobre a investigação da Polícia Federal.

O consórcio Conpar – formado por Odebrecht, OAS e UTC Engenharia – também não se pronunciou sobre o inquérito da PF. Seu contrato, de R\$ 1,8 bilhão, estaria, segundo os auditores, com preços R\$ 233 milhões acima do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

mercado. O Conpar informou que, a pedido do Tribunal de Contas, “prestou todas as informações e esclarecimentos quanto à regularidade dos preços praticados no âmbito do contrato, estando as elucidações em fase de análise pelo TCU”. A construtora Mendes Júnior lidera o consórcio Interpar, cujo contrato com a Petrobras soma R\$ 2,2 bilhões. Nesse caso, o TCU aponta um sobrepreço de R\$ 408 milhões. A Mendes Júnior não se manifestou até o fechamento desta edição.

Apenas em maio deste ano, o TCU voltou a se manifestar sobre o assunto. No Acórdão 1.256/2011, o Tribunal retirou a recomendação para que as obras fossem paralisadas. Manteve, porém, o diagnóstico de que os contratos da Petrobras foram firmados acima dos preços de mercado. O tempo corre contra os recursos da Petrobras – em grande parte dinheiro público. Um ano depois das disputas no Congresso, enquanto a Polícia Federal investiga, o duto continua aberto.

Para onde vão os milhões da Petrobras

O Congresso afirmou que não valia a pena parar a obra para evitar desperdício de R\$ 739,3 milhões*

Em R\$		
OBJETIVO DA OBRA E OS VALORES DOS CONTRATOS		VALOR ACIMA DO PREÇO, SEGUNDO O TCU
► Fornecimento de equipamentos e análise do projeto básico	2.497.235.143	308.948.642
► Fornecimento de equipamentos, materiais e serviços	2.261.302.097	239.227.671
► Unidade de tratamento de despejos industriais	393.922.925	67.110.836
► Construção da unidade de gasolina	1.885.378.788	65.650.812
► Elaboração de projetos básicos e executivos	143.527.656	21.745.665
► Fornecimento de equipamentos, materiais e serviços	516.955.251	20.882.221
► Consolidação de projetos básicos e executivos	43.269.068	15.829.781
TOTAL	7,74 BILHÕES	739,3 MILHÕES

Fontes: Congresso Nacional e Tribunal de Contas da União * Montante que a Petrobras teria deixado de gastar, em dezembro de 2010, se o Congresso tivesse paralisado as obras da refinaria

Com o intuito de verificar essas possíveis irregularidades, foi enviado ofício nº 367-2011/FF à prefeitura municipal, onde solicitei informações sobre a referida obra, referente a documentos obrigatórios previstos na legislação vigente para a realização desta, especificamente quanto ao Alvará de Construção e o Estudo de Impacto de Vizinhança.

Em resposta, o prefeito do município de Araucária nos encaminhou em 02/03/2012 o ofício externo 047/2012-GAB com o parecer do Secretário Municipal de Urbanismo (cópia anexa), onde informa que, mesmo com processo de regularização tramitando naquela secretaria municipal, a **Petrobras possui apenas**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

alvará de construção para uma área de 2.610,42m², sendo que a área tributada é de 488.621,00m². De acordo com a resposta daquele Secretário, não existe alvará que permita a obra, tampouco estudo de impacto de vizinhança para a ampliação do espaço da refinaria.

Diante de todo exposto e diante da informação prestada pelo Secretário Municipal de Urbanismo, fica clara a irregularidade na referida obra, fazendo-se necessário apurar os fatos, razão pela qual se torna indispensável à realização de Audiência Pública para a elucidação dos fatos, além de estar desempenhando nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo e da fiscalização da aplicação de verbas públicas federais.

Sala das Comissões, de de 2012

Deputado **FERNANDO FRANCISHCINI**
PSDB / PR